



## ESPECIAL BANCOS

### Tarifas bancárias

IMAGEM: KIPPER

Os principais bancos brasileiros arrecadaram, em 2005, algo em torno de R\$ 34 bilhões em tarifas bancárias, número que ajuda a estimular interpretações sobre o exagero da cobrança de tais tarifas no Brasil. Contudo, a compreensão de como os bancos obtêm seus recursos e de quais suas principais despesas nos ajuda a entender melhor o papel desempenhado pelas tarifas cobradas e quais as razões de eles insistirem na cobrança de *spreads* tão elevados no país.

por **David Felipe Hastings** FGV-EAESP

**D**epois de nos deliciarmos com uma suculenta feijoada, em um restaurante, costumamos pagar a conta. O valor expresso na conta naturalmente inclui o custo dos ingredientes, mas também inclui o custo do cozinheiro, dos auxiliares de cozinha, do gás consumido, do

serviço do garçom, do uso das panelas, do aluguel do prédio e mais outros tantos itens. Se não fosse assim, o restaurante teria vida curta e não poderíamos continuar a saborear seus pratos.

Quando deixamos o carro para conserto, em uma oficina de nossa

confiança, a conta costuma ser mais explícita do que no caso dos restaurantes: nela se discriminam, além do valor das peças empregadas no conserto, o valor dos serviços realizados.

Obviamente, esses dois exemplos poderiam ser expandidos para todas as situações nas quais nos va-

lemos de um serviço ou da compra de um produto. A contrapartida de sua utilização ou aquisição é o pagamento: pagamos pelos insumos, ingredientes ou componentes e também pelos trabalhos necessários à sua elaboração. O mesmo raciocínio se aplica aos bancos. Como qualquer outro prestador de serviços, eles cobram pelas atividades que realizam para seus clientes.

**Conta salgada.** Que os bancos cobram pelos serviços prestados não é nenhuma novidade. Pelo contrário, é inclusive matéria polêmica. Para se ter um exemplo disso, em matéria publicada em 10 de abril de 2006 na Folha Online, pode-se ler que, em 2005, o valor arrecadado em tarifas pelos sete maiores bancos do país foi de R\$ 31 bilhões, segundo levantamento realizado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

Complementando essa informação, encontramos no sítio do Banco Central do Brasil na Internet os dados apresentados na tabela abaixo. O que se observa nessa tabulação é que, de fato, os maiores bancos do país receberam, em 2005, mais de R\$ 34 bilhões a título de prestação de serviços, basicamente provenientes de tarifas bancárias. Ainda pela tabela com os dados do Banco Central é possível perceber que o valor supera, em mais de R\$ 5 bilhões, o total gasto pelos mesmos bancos com suas despesas de pessoal.

Esse tipo de informação parece corroborar uma crença generalizada sobre o excesso de cobrança de tarifas por parte dos bancos. Contudo, antes de chegarmos a esse tipo de conclusão, temos de entender melhor de onde provêm os recursos dos bancos e como são determinados os valores das tarifas cobradas pelos serviços. Depois disso poderemos

identificar melhor se tais tarifas estão ou não salgadas em demasia.

**Origem dos recursos.** Pela própria natureza da atividade bancária, os bancos trabalham com dois tipos de recursos, cada um deles muito distinto um do outro. Para simplificar, imaginemos que ambos possam ser representados por dois eixos, um horizontal e outro vertical.

Em torno do eixo horizontal, desenvolve-se o fluxo de recursos mais visível dos bancos, o fluxo de recursos financeiros, no qual os depositantes confiam suas poupanças aos bancos, que, por sua vez, encaminham essas poupanças aos tomadores de empréstimos. A contrapartida desse mesmo fluxo se observa no pagamento de juros dos tomadores aos bancos e destes aos depositantes. Em resumo, esse fluxo envolve valores que representam principais e juros.

Tabela: **Composição de receitas bancárias versus despesas, 2005**

VALORES EM R\$ 1.000		OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS			
		RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	DESPESAS DE PESSOAL	OUTRAS DESPESAS ADMINIST.	DESPESAS TRIBUTÁRIAS
RANKING	INSTITUIÇÕES				
1	BB	7.649.291	-7.474.784	-5.672.057	-1.720.812
2	CEF	5.166.384	-5.584.780	-4.155.057	-942.152
3	BRABESCO	5.358.526	-4.635.112	-4.577.387	-1.318.888
4	ITAU	7.006.006	-3.124.168	-5.030.045	-1.605.020
5	UNIBANCO	2.196.345	-1.609.225	-3.229.469	-662.912
6	SANTANDER BANESPA	2.279.748	-2.107.187	-2.642.951	-651.492
7	ABN AMRO	2.298.830	-2.492.499	-3.169.207	-743.387
8	SAFRA	1.151.134	-939.339	-1.427.713	-307.699
9	HSBC	1.228.342	-1.051.985	-1.471.782	-312.283
10	VOTORANTIM	74.017	-172.436	-290.022	-91.421
	Totais	34.408.623	-29.191.515	-31.665.690	-8.356.066
		Total		-60.857.205	

Fonte: Banco Central do Brasil

**Embora os dez maiores bancos brasileiros, cujos dados foram tabulados pelo Banco Central, tenham arrecadado pouco mais de R\$ 34 bilhões com tarifas bancárias em 2005, gastaram, ao mesmo tempo, quase R\$ 61 bilhões com outras despesas administrativas.**

Enquanto isso, em torno do eixo vertical corre um fluxo menos notável nos bancos – o fluxo de recursos humanos, técnicos e materiais, no qual os bancos contratam o trabalho de pessoas, de máquinas e de instalações necessários para elaborar os serviços demandados pelos clientes. A contrapartida desse fluxo se manifesta no pagamento das tarifas de serviços pelos clientes. Por sua vez, os bancos pagam salários, aluguéis, parcelas de arrendamento etc. a funcionários, a locatários dos imóveis e a titulares dos equipamentos arrendados, entre outros. A essência desse fluxo está na composição de trabalho e salários e outras formas de remuneração do trabalho.

Dadas as diferenças fundamentais entre as características dos fluxos de um eixo e outro, é recomendável que os dois fluxos não se confundam, sob pena de um fluxo ter que arcar com parte do ônus do outro. Se, por exemplo, o fluxo vertical (serviços, tarifas, trabalho e salários) se apresentar desequilibrado, esse desequilíbrio terá que ser restabelecido pelo fluxo horizontal (poupanças, juros pagos e empréstimos, juros recebidos).

No período compreendido en-

tre 1964 e 1994, aproximadamente, como conseqüência do mecanismo da correção monetária atuante sobre os fluxos de juros, os ganhos inflacionários dos bancos foram tão exorbitantes que as instituições bancárias praticamente deixaram de cobrar tarifas sobre os serviços que prestavam – distorções no eixo horizontal, ocasionadas por fatores externos ao sistema bancário, acabaram levando a distorções no eixo vertical.

Apesar de anômala, essa situação foi aceita por se verificar que uma distorção tendia a compensar a outra. Mesmo assim, é inegável que os custos dos serviços bancários eram pagos, em grande parte, pelos tomadores de empréstimos, apesar de estes não se beneficiarem necessariamente dos serviços pelos quais pagavam.

Um exemplo comum das manifestações dessa distorção era percebido quando um usuário do serviço de cobrança de títulos exigia isenção das tarifas cabíveis para em seguida reclamar das taxas elevadas de juros cobradas sobre empréstimos. É como se, para usar um exemplo do ambiente automobilístico, as concessionárias elevassem os preços

dos carros que vendiam para poder oferecer serviços de manutenção a preços mais baixos.

**Equilíbrio necessário.** Para que os bancos possam se sustentar, é preciso que os resultados desses dois eixos combinados sejam superiores a zero – um resultado inferior a zero indicaria prejuízo e, à medida que prejuízos em períodos sucessivos fossem se acumulando, os bancos tenderiam a encerrar suas atividades. Contudo, se um eixo apresentar resultado negativo, terá que ser compensado por resultado maior no outro.

O mesmo ocorre, por exemplo, em uma oficina mecânica. Se o valor cobrado pelas peças colocadas no automóvel não for pelo menos igual ao preço pago aos fornecedores das peças, a oficina terá que cobrar mais pelos serviços de colocação das peças. Mas se o valor cobrado pelos serviços não cobrir os custos de mão-de-obra empregada, a oficina terá que “salgar” os preços cobrados pelas peças.

Em termos técnicos, é importante que, em qualquer transação comercial, os benefícios para uma e outra parte sejam equivalentes. Se essa equivalência não se manifestar, pelo menos aproximadamente, será indício de que algum recurso econômico está sendo mal utilizado.

Presume-se que, quando deixamos o carro na oficina para um reparo, o valor pago pelo reparo seja, para o proprietário do automóvel, compensado pelo benefício de po-

der voltar a usar o veículo. E para o proprietário da oficina, que a recompensa adequada seja o pagamento pelo esforço para efetuar o reparo, para o pagamento de peças que adquiriu de fornecedores e, finalmente, mas não o de menor importância, pelo lucro que deve ser auferido em relações econômicas.

Vamos avançar com outro exemplo. Admitamos que, para consertar o carro, o dono da oficina tenha gasto \$1.200 para comprar a embreagem a ser trocada e que tenha gasto 3 horas-homem para efetuar a troca – a um custo de \$50 por hora-homem. Portanto, seus custos diretos foram de \$1.350. Lembrando que a oficina paga aluguel pelo espaço que ocupa (\$4.000 por mês) e que consome energia elétrica (\$200 por mês) e assim por diante, não nos surpreenderemos se o valor do reparo for de \$ 1.600 reais.

Mas, se a oficina pretender cobrar \$1.350, fica evidente que a prestação do serviço não terá sido compensatória para o dono. Ele terá trabalhado sem recuperar seus custos de aluguel, de energia elétrica etc. Sem falar na recuperação do capital investido nos equipamentos da oficina e no lucro do próprio dono. No entanto, se pagarmos \$3.500 pelo reparo, é provável que tenhamos sido explorados. Trabalhamos o tempo suficiente para pagar a conta, mas o conserto não vale o preço cobrado. Em ambos os casos, algum recurso foi desperdiçado. Ou nós ou o dono da oficina trabalhou mais do que o razoável para realizar a transação.

**Determinando o preço.** O exemplo da oficina evidencia um princípio econômico fundamental: qualquer que seja o preço pago por um produto ou serviço, se a contrapartida desse preço não apresentar grandeza compatível (não esquecendo a inclusão do lucro de quem vende), terá ocorrido algum tipo de ineficiência econômica, com o mau emprego de algum recurso escasso.

Quando o objeto da transação é um produto, quer dizer, algo tangível, então não é difícil às partes avaliarem se há compatibilidade entre o preço de venda e o custo intrínseco do produto em questão. O problema é que, em alguns casos, determinados aspectos qualitativos do produto podem tornar a avaliação bastante subjetiva.

A situação é agravada quando estamos lidando com serviços, e não produtos. Isso porque os serviços não envolvem produtos tangíveis, mas intangíveis. Como então avaliar a relação preço/custo nesse caso? Por sua própria natureza, os serviços podem levar ao risco de uma avaliação inteiramente subjetiva. E como agir nesses casos?

A solução para julgar se o preço cobrado é razoável diante dos seus custos é exatamente pela comparação da receita com os custos incorridos: se a receita cobrir os custos, a relação terá sido adequada; se ultrapassar ou se ficar aquém dos custos, a relação terá que ser aprimorada, ajustando-se ou as receitas, os custos ou ambos.

**Revisando as tarifas.** Agora podemos voltar à Tabela com os dados de cobrança de tarifas reunidos pelo Banco Central. O que podemos observar é que, embora os bancos em questão tenham mais do que recuperado seus custos com pessoal, ficaram muito longe de recuperar suas “Outras despesas administrativas”, ocasionadas, em grande parte, justamente pela prestação de seus serviços.

Quer dizer, embora os bancos focalizados na tabulação do Banco Central tenham arrecadado pouco mais de R\$ 34 bilhões no eixo vertical de geração de recursos, gastaram, ao mesmo tempo, quase R\$ 61 bilhões nesse mesmo eixo. Como então compensar as discrepâncias para que as atividades sejam compensatórias?

Em primeiro lugar, é evidente que o déficit no eixo vertical, algo da ordem de R\$ 27 bilhões, deve ter sido coberto por excedentes no eixo horizontal. E isso nos leva a concluir: não seria esse um dos fatores que contribuem para os *spreads* elevados nas operações financeiras realizadas pelos bancos? Portanto, antes de concluir pelo exagero nas cobranças de tarifas temos de entender melhor a cadeia inteira em que os bancos estão engajados.

---

David Felipe Hastings  
Mestre pela FEA-USP  
Prof. do Departamento de Contabilidade,  
Finanças e Controle da FGV-EAESP  
E-mail: dhastings@fgvsp.br